

## **DIRETAS JÁ: O MOVIMENTO SOCIAL QUE MARCOU O BRASIL NOS ANOS 80<sup>1</sup>**

**FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DOS SANTOS<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O presente artigo analisa como se deu o movimento intitulado “Diretas Já”, acontecimento social que marcou o Brasil em meados dos anos 1980, a partir de discussão e entendimento do Regime Civil Militar brasileiro, que teve duração de 21 anos (1964-1985), caracterizado como um período de grandes amarguras da sociedade brasileira devido às dificuldades encontradas diante dos governos dos militares. Abordando assim o desenrolar do golpe de 1964, os governos militares, os atos institucionais e na sequência as “Diretas Já”, com suas manifestações nacionais, com a participação popular, de partidos políticos, artistas e intelectuais nas ruas e na Câmara o apelo popular à emenda de Dante de Oliveira, que embora não tenha sido aprovada, contribuiu para a criação de uma nova estratégia com os articuladores do movimento negociando o fim do regime militar, com apoio de governadores do Nordeste, conseguindo em 1985 eleições indiretas para presidente com candidatos civis e em 1989 se concretizado o desejo das eleições diretas para Presidente da República. Aqui busca-se analisar como se deu o surgimento do movimento “Direto Já”. Para tanto, tal pesquisa se desenvolveu a partir de análise de fontes bibliográficas, onde a leitura de autores que abordam o tema fora de grande importância para compreensão do mesmo, como a sociedade se organizou para esse movimento nacional, suas lembranças e suas consequências.

**Palavras-chaves:** Regime Civil Militar. Governos dos Militares. Participação Popular. Diretas Já.

### **INTRODUÇÃO**

As “Diretas Já”, movimento que marcou o Brasil em meados dos anos 1980 foram clamores populares que exigiam o fim do regime militar no Brasil, e também a volta do povo às urnas, o direito democrático dos brasileiros escolherem seus representantes. As pessoas em unidade participavam das passeatas que clamavam por eleições diretas para presidente da república. Contudo para compreender como se chegou a esse momento julgo ser de suma importância a contextualização do cenário brasileiro até o desenrolar desse movimento. Ao

---

<sup>1</sup> Artigo a ser apresentado à Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP como requisito para obtenção do título de pós-graduado em História Sócio Cultural, sob a orientação do Prof. Me. Paulo Ricardo Muniz Silva.

<sup>2</sup> **Francisco de Assis Rodrigues dos Santos**, graduado em Licenciatura Plena em História, pela Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP.

que parece as coisas tomam forma ainda no início da década de 1960. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros (União Democrática Nacional – UDN), em 1961, alegando “condições insuficientes para governar”, assume seu vice-presidente João Goulart, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), mas a UDN não era favorável à sua posse, alegando que ele não correspondia às expectativas governamentais, uma vez que temiam mudanças no seu plano de governo, haja vista Goulart mostrar uma crescente aproximação com governos comunistas como Cuba e China<sup>3</sup>.

Como parte dos Militares e Civis não queriam a posse de João Goulart na presidência alegando “perigo comunista” adotaram, após acordos com parlamentares legalistas, um o sistema de governo parlamentarista, dividindo a presidência com um Primeiro-ministro Tancredo Neves. Em 1963 tem um plebiscito com grande campanha pra acabar com o parlamentarismo, com vitória do sistema republicano e João Goulart retorna seus poderes como presidente.

Os Militares na madrugada do dia 31 de março de 1964 organizam um golpe contra o governo de João Goulart. A organização do plano pelos militares acabou com qualquer possibilidade de reação por parte de João Goulart, tendo dessa forma que se exilar no Uruguai. Os militares assumem o poder e começam a baixar decretos, chamados de Atos Institucionais, que tinham por finalidade legalizar as ações praticadas por eles, consideradas ilegais ou abusivas, diante da Constituição vigente no Brasil, a Constituição Federal de 1946.

Nos anos de 1964 a 1985 o Brasil teve cinco presidentes, sendo que todos eles eram militares do Exército. Exceção foi o período de agosto a outubro de 1969, onde o governo foi exercido por uma Junta Governista Militar, composta por um General do Exército, um Almirante e um Brigadeiro da Aeronáutica.

De 1969 a 1978 foram considerados o período de grande endurecimento do Regime, instituída a censura prévia e a suspensão de habeas corpus aos presos políticos. O Presidente poderia retirar os direitos políticos de qualquer pessoa e fechar o Congresso Nacional, medida essa, posta em prática com decreto do Ato Institucional número 05, tido por especialistas, imprensa e público, o mais repressor dos Atos Institucionais, que ficou conhecido como “golpe dentro do golpe”.

---

<sup>3</sup> É válido lembrar que à época havia eleições para presidente e vice-presidente em separado e não como chapa única, como acontece hoje. Por isso a celeuma entre UDN e PTB na questão pós-renúncia de Jânio Quadros.

Já no período de 1978 a 1985 houve uma grande crise no Governo Militar, na economia, com o fim do “milagre econômico brasileiro<sup>4</sup>”; na cultura, com a saída de grandes nomes da música, do cinema, do teatro e da literatura para outros países, devido à censura; na educação e por fim na política, com os movimentos em prol da anistia e do que se convencionou chamar de distensão, um movimento pela mudança de regime (do ditatorial para o democrático), de forma lenta e gradual. É quando o regime passa por uma reorganização criada pela oposição pelo fim do Regime Civil Militar.

Como temática “Direta Já”: O Movimento Social que marcou o Brasil nos anos 80, esta pesquisa busca suprir uma lacuna historiográfica a respeito do tema dentro da historiografia e ainda servir como base para futuros trabalhos com temáticas similares, que venham responder questionamentos suscitados por estas pesquisas.

Dentre os objetivos deste trabalho pretendeu-se analisar a importância do movimento social no Brasil, observando a influência das “Diretas Já” em nosso país, nos anos 80, procurando assim construir um panorama daquele momento tão importante para o Brasil, para que possamos conhecer os fatos ocorridos que vieram a desencadear as “Diretas Já”.

Este trabalho busca mostrar a existência de um movimento que mobilizou pessoas de todas as classes sociais diante de uma insatisfação que já durava 21 anos. Tendo como base as “Diretas Já” no final do Regime Civil Militar, procurou-se em fontes bibliográficas que pudessem mostrar os anseios da população brasileira, por novas eleições diretas para Presidente do Brasil. Por fim, como embasamento teórico, estudou-se autores relevantes da área que abordam tanto a questão das “Diretas Já” quanto do Regime Civil Militar, assim foi possível revelar de outra forma a história desse grande movimento social da história do Brasil, que contou com o apoio e adesão de grande parte da população brasileira, insatisfeita com os rumos que o Brasil trilhava naquele tempo. E partindo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº05/1983, apresentada pelo Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para presidente da República no Brasil, através da alteração dos artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967 (Emenda Constitucional nº 1, de 1969), uma vez que a tradição democrática havia sido interrompida no país pelo governo militar de 1964, foi possível obter-se desta conquista anos depois, eleições diretas para Presidente da República.

---

<sup>4</sup> Milagre Econômico é resultado de um conjunto de medidas governamentais que elevaram o crescimento do Brasil durante o período da Ditadura Militar, mais precisamente durante os anos 1969 e 1973, no mandato do general Emílio Médici. – <http://www.historiabrasileira.com>

## OS GOVERNOS MILITARES E SUAS AÇÕES À FRENTE DO EXECUTIVO

Como dito antes, durante 21 anos que sucederam ao governo conturbado de João Goulart o Brasil tivera em seu mais alto cargo do executivo membros do exército que se utilizaram de diversos mecanismos para se garantirem e perpetuarem no poder. A seguir propõe-se uma breve exposição desses governos e seus principais acontecimentos.

Os militares começaram seu governo com Marechal do Exército Humberto de Alencar Castelo Branco, foi eleito presidente pelo Congresso Nacional no dia 15 de abril de 1964 e ficou no poder até 15 de março de 1967. Na sua posse disse que com o cargo de presidente, defenderia a democracia, contudo, assim que assumiu, seu posicionamento foi considerado como autoritário. Castelo Branco além de dissolver os partidos políticos, também estabeleceu eleições indiretas para presidente. Várias outras medidas autoritárias foram registradas durante seu governo. Uma das metas do Presidente Castelo Branco seria combater a inflação que estava muito alta. Dentre as medidas tomadas decidiu parar os gastos, aumentou os impostos, entre outros. Com a arrecadação que havia conseguido e o corte nos gastos, felizmente a inflação diminuiu e estimulou o crescimento econômico.

Uma das medidas utilizadas por esses governos foi a utilização dos chamados Atos Institucionais<sup>5</sup>. O Ato Institucional nº 1- AI-1, ou somente Ato Institucional, seu nome original sem numeração por supor-se que se trataria do único Ato a ser baixado, anunciado em 09 de abril de 1964, pela junta militar composta pelos seguintes militares: general do exército Artur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald. O AI-1, assinado pela junta militar dava poder ao Executivo condições legais para cassação de direitos adquiridos como os dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, além de governadores, senadores, deputados, diplomatas, juizes, líderes sindicais, operários, funcionários públicos, estudantes, militares, professores. O AI-1 permitia cassar mandatos legislativos, impedia os direitos políticos dos cidadãos por um tempo determinado de 10 anos e decretar o estado de sítio<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Os Atos Institucionais (AI) foram normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969, durante o regime militar no Brasil. Foram editados pelos Comandantes Chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Todas estas normas estavam acima de todas as outras e até mesmo da Constituição. - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Atos\\_Institucionais](https://pt.wikipedia.org/wiki/Atos_Institucionais)

<sup>6</sup> Estado de sítio é um estado de exceção, instaurado como uma medida provisória de proteção do Estado, quando este está sob uma determinada ameaça, como uma guerra ou uma calamidade pública. <https://www.significados.com.br/estado-de-sitio/> (Acessado em 04 de agosto de 2018, à 13h35min).

Em 27 de outubro de 1965 foi decretado o segundo dos Atos Institucionais, como resposta aos resultados das eleições que ocorreram no início deste mesmo mês. Dentre as principais prerrogativas do AI-2, podemos destacar a dissolução dos partidos políticos existentes e a criação do sistema bipartidário. Foram então criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que viria a ocupar o lugar da oposição.

No ano de 1966, precisamente em 05 de fevereiro, o presidente Castelo Branco editou o Ato Institucional de número 03, que estabelecia eleições indiretas para governador e vice-governador. Além disso, tal decreto legalizou o fato de que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, tendo a aprovação das assembleias legislativas. Logo, estabeleceu-se o calendário eleitoral, com a eleição presidencial em 03 de outubro, já a eleição do Congresso ocorreu em 15 de novembro.

Em 07 de dezembro de 1966, foi anunciado mais um Ato Institucional o AI-4, por meio desse novo ato o presidente Castelo Branco convocou o Congresso Nacional para a votação e publicação do projeto da nova Constituição, que acabava definitivamente com a Constituição de 1946. A nova carta (constituição de 1967) dava legalidade ao regime civil militar para praticar seus atos sem nenhuma imposição, recebendo poder ilimitado, legalizando totalmente o governo dos militares. Com essa nova Constituição o regime não tinha mais preocupação em agir de maneira que não estivesse na lei ou contra o país, porque eles criaram as regras de maneira que lhes fossem favoráveis a tudo que interessasse fazer no país.

O substituto de Castelo Branco chega ao poder em 15 de março de 1967, o General Artur da Costa e Silva, foi o primeiro dos presidentes militares considerados da “linha-dura<sup>7</sup>”, isto é, ele defendia o endurecimento do regime militar no combate a todos aqueles que, de alguma forma, fosse contrario ao regime. Com ele no governo, iniciou a fase mais dura do regime militar, com o aumento da repressão e a resistência ao regime aumentando a perseguição aos contrários à nova Constituição já em vigor. Na presidência, ele combateu a inflação, organizou a política salarial e ampliou o comércio exterior. Também iniciou a reforma administrativa e educacional, estabeleceu que o vestibular fosse em forma de concurso classificatório, e o segundo grau seria obrigatoriedade do ensino profissionalizante atrelado ao ensino normal. Tal medida fora desastrosa e trouxe grandes influências para o

---

<sup>7</sup>“Linha-dura” é um termo usado em Política para designar uma corrente ou facção, dentro de um movimento, partido ou governo, que adota posições mais radicais, menos moderadas e mais intolerantes, especialmente no contexto de regimes autoritários. - <https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha-dura>

sistema educacional brasileiro pós-regime. Num clima de grande tensão, Costa e Silva foi vítima de um derrame e afastou-se da presidência.

Ainda no governo Costa e Silva, mais um Ato Institucional o de nº 05 ou AI-5, que lhe deu total poder para fechar o Congresso Nacional, caçar os políticos, demitir e aposentar os trabalhadores que fossem considerados ameaças ao seu governo. O Ato dava poder absoluto ao presidente Costa e Silva, poderes para governar o país sem a oposição e sem ser aconselhado por nenhum civil. Vale ressaltar que, todo tempo os militares vinham agindo de forma desarmoniosa com a nação, pois queriam o controle total e sem a influência de qualquer civil a frente do governo, que fosse contrário aos seus interesses.

Em agosto de 1969, o general Costa e Silva ficou gravemente doente. Sem condições de continuar no governo, foi substituído, só que não pelo vice-presidente, que era civil, Pedro Aleixo, uma vez que os chamados “linhas duras” o impediram de assumir, quem assume o poder são três ministros militares: Aurélio de Lyra Tavares, que era ministro do Exército, o ministro da Marinha Augusto Rademaker e por fim Marcio de Souza Mello, que era ministro da aeronáutica. Os três administraram o governo de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969 e dividiram entre si o poder.

Em 30 de outubro de 1969, a junta repassa o poder a Emílio Garrastazu Médici, o terceiro presidente do regime militar, um general que também fazia parte do grupo dos “linhas duras”. No seu governo teve o período mais intenso da repressão, conhecido como os “anos de chumbo”, seu governo vai até 15 de março de 1974.

O golpe militar inaugurou uma nova fase na economia do Brasil, por causa das medidas de violência, de repressão e à censura, especialmente a partir do ano de 1968. A oposição foi silenciada e os militares puderam exercer o plano econômico que estivesse de acordo com seus interesses, sem ter que prestar conta a ninguém. O principal alvo era combater a inflação, uma luta de todos os governos, e dar crescimento à economia, mas não se tinha interesse de diminuir as diferenças sociais e a pobreza.

Com o fim do governo Médici, o quarto presidente regime militar, o general Ernesto Geisel, era do grupo dos “moderados” assume em 15 de março de 1974 e dava a entender que os moderados tinham se fortalecido. O seu plano de governo seria ou pretendia avançar na direção de um regime mais democrático, mas faria isso aos poucos, um processo chamado de “abertura lenta, gradual e segura”. Seu propósito era afastar os militares da “linha dura” do poder, não permitir ou retardar a assumir cargos da mais alta importância (no caso a da

presidência), sendo que os da “linha dura” ocupavam cargos importantes da oposição nos órgãos de repressão.

Com a política de abertura de Geisel: as eleições parlamentares de novembro de 1974, quando as 22 vagas que estavam sendo disputadas pelo senado, a oposição preencheu 16 dessas 22 vagas. Dando entender o desejo era de mudança da nação. Os militares “linhas duras” não estavam parados, ocorreram algumas mortes que alcançaram um destaque internacional, a partir disso aconteceu uma grande repercussão devidos esses assassinatos, o governo não pode mais continuar negando que no Brasil não havia tortura e morte de prisioneiros políticos.

Diante desses fatos o presidente Geisel determinou o afastamento do comando do Segundo Exército. Os “linhas duras” sofreram uma grande derrota, mas continuaram por algum tempo nos principais cargos administrativos e à frente ainda de secretarias ligadas à censura e repressão. Com o crescimento da oposição e com a maioria no Congresso Nacional, Geisel decretou um conjunto de medidas que ficou conhecido por “Pacote de Abril”. Nesse pacote tinham: um terço do Senado seria preenchido pelo voto indireto; os pequenos estados em que a Arena era mais forte passariam a ter direito a um número de deputados na Câmara Federal; o mandato do presidente da República foi ampliado de 5 para 6 anos.

Com essas manobras políticas para eleições parlamentares de 1978 a oposição conseguiu mais votos, mas essa estratégia deu ao governo conseguir manter a maioria no Congresso Nacional. Chegado o ano de 1979, o último ano de Geisel na presidência, este dá um passo muito importante na política de abertura revogando o AI – 5.

Com isso o presidente não poderia mais decretar o fechamento do congresso e nem caçar mandatos ou suspender os direitos políticos dos cidadãos. O habeas corpus voltou a ter validade e acabou a censura à imprensa. Durante muitos anos sem direito de voz, nos dolorosos períodos dos “anos de chumbo” os movimentos sindicais começaram a ressurgir no final do governo de Geisel, que vai ate 15 de março de 1979.

Com o fim do governo Ernesto Geisel, os militares do grupo “linhas duras” tentaram impor a candidatura do general Sílvio Frota, ministro da Guerra, porém não conseguiram. Geisel conseguiu impor o nome de sua preferência, o general João Batista Figueiredo, que era chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão do serviço secreto brasileiro desde 1964. Em sua posse presidencial em 15 de março de 1979, o general Figueiredo assumiu o governo jurando “fazer deste país uma democracia”. Assim, Figueiredo deu continuidade ao processo de abertura política. No começo do seu governo enviou ao Congresso Nacional um

projeto de Anistia, que significa perdão aos “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”.

Com a aprovação da lei da anistia permitiu que diversos exilados políticos que estavam fora do país desde o golpe de 1964 voltassem ao Brasil. Pessoas exiladas como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes. Só que o benefício da anistia favorecia também agentes de repressão responsáveis por tortura, morte e desaparecimentos de presos políticos. A anistia foi uma vitória que levava multidões às ruas, fortalecia-se e forçava o regime da ditadura ceder a cada dia mais, nas campanhas pela anistia, assim foi o governo até 15 de março de 1985.

## **O MOVIMENTO “DIRETAS JÁ” E A EMENDA DANTE DE OLIVEIRA**

### **RUMO A LIBERDADE: Da Ditadura à Democracia**

O ambiente sombrio do Regime Civil Militar enfrentado por todos que eram opostos à forma severa de governo, tiveram seus direitos retirados e após muitas percas nessa luta desigual, dá se início à união popular para viverem em um novo tempo de mudança no cenário político nacional. Através das pequenas, depois medias e por fim gigantescas reuniões que juntou um milhão e meio de pessoas, onde se via um regime que não suportava mais o movimento “Diretas Já”.

Esse período foi muito violento aos opositores do Regime onde as “autoridades” tinha poder para alterar a Constituição em vigor, caçar direitos políticos ou de quem não tivesse de acordo. Mas o tempo foi passando e as pessoas não esqueciam a que já tinha passado. A população brasileira não suportava mais ficar de fora das decisões políticas de nosso país.

Há quem acredite que um dos fatores principais para o fim do Regime Civil- Militar se devia à mobilização popular que ocorreu em vários estados e cidades brasileiras entre os anos de 1983 a 1985, levando uma grande massa de pessoas convictas de seus direitos para com a nação às ruas, para pedir mudanças no cenário eleitoral brasileiro. Ainda há outros que acreditam que a ditadura chegou ao fim não por causa das mobilizações de pessoas contrariadas com seus direitos excluídos, mas devido aos absurdos dos governantes em controlar com mão de ferro dentro e fora o próprio regime liderado pelos seus militares.

A legislação eleitoral aprovada em 1965 tinha-se convertido em armadilha para os detentores do poder. Cada vez mais, as eleições se transformavam em plebiscitos em que se

votava pró ou contra o governo. O voto contra conferido ao MDB abrigava diferentes ideologias e refletia descontentamentos de todo tipo.

Boris Fausto (2012, p. 430-431) comenta dizendo:

Para tentar quebrar a força da oposição, o governo obteve do Congresso, em dezembro de 1979, a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos<sup>8</sup>. A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra “partido”.

Com isso houve o surgimento de novos partidos e a reorganização de antigas alianças que ficaram fora do cenário eleitoral devido às fortes pressões de governamentais do Regime Civil Militar.

### **PROJETO DANTE DE OLIVEIRA: O desejo nosso de votar**

Eleito pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1982 e empossado em 1º de fevereiro de 1983, já no dia 2 de março de 1983 finalmente Dante de Oliveira apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) número 5, emenda essa que aspirava às eleições diretas. O Deputado Federal Dante de Oliveira empenhou-se em coletar as assinaturas necessárias para apresentar o projeto de emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para a Presidência da República (170 assinaturas de deputados e 23 de senadores). O projeto era o caminho para a consolidação do desejo de votar, um clarão de luz para iluminar a oportunidade ao movimento das “Diretas Já”, movimento caracterizado pela luta ao direito civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil.

A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizou com a votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Entretanto, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, frustrando o desejo da sociedade brasileira. Um período em que população se declarou insatisfeita com a situação eleitoral do país, quando foi votada a emenda, obtendo 298 votos a favor, 65 contra e 03 abstenções. Devido a uma manobra de políticos aliados ao regime, não compareceram 112 deputados ao plenário da Câmara dos Deputados no dia da votação. A emenda foi rejeitada por não alcançar o número mínimo de votos para a sua aprovação que seria de 320 votos.

---

<sup>8</sup> Durante o Regime foi aprovada a criação do bipartidarismo. No lugar dos treze partidos, agora extintos, foram criados apenas dois: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). - <https://www.infoescola.com/historia/alianca-renovadora-nacional-arena/>

O som que vem das ruas era para fazer valer o direito de ser cidadão brasileiro que tinha o desejo de votar em Presidente da República, sem ficar de fora dessa escolha que é, ou pelo menos deve ser, de todos os brasileiros. Nossa nação não aceitava mais a decisão dessa escolha exclusivista pelas regras eleitorais estabelecidas pela ditadura civil militar de somente poder votar em presidente os senhores: Deputados Estaduais, Federais os Senadores, que comporiam um colégio eleitoral, tirando o direito do cidadão escolher o seu próprio Presidente da República.

O direito a democracia verdadeira, na manifestação de mulheres por eleições diretas no Congresso Nacional em Brasília no ano de 1984 continuou a chamar atenção por meios da mobilização, união que levava as mais variadas classes de trabalhadores para lutar por mudança no cenário político nacional.

O som que vem das ruas faz a sua primeira manifestação pública a favor de eleições diretas no então recém-emancipado município de Abreu e Lima, em Pernambuco, no dia 31 de março de 1983, com um público em torno de 300 (trezentas) pessoas. Assim dava-se início às manifestações nas capitais e principais cidades em favor das diretas.

No ano de 1984 registra-se a maior concentração do Estado Piauí, um registro muito simbólico

As maiores manifestações no estado do Piauí aconteceram em Teresina. A primeira foi em frente ao Palácio de Karnak no dia 26 de junho de 1983. Outras mais surgiram no centro da cidade, uma delas na Praça Pedro II e nas escadarias da Igreja São Benedito. A maior de todas, no entanto, foi a do dia 13 de fevereiro de 1984 na Praça Marquês de Paranaguá, bairro Marquês, localizado na zona norte da capital piauiense<sup>9</sup>.

Contudo, o movimento vai sendo divulgado cada vez mais nas principais cidades e capitais finalizando em São Paulo, em 16 de abril de 1984 aconteceu o último comício das Diretas Já, no Vale do Anhangabaú em São Paulo e reuniu cerca de 1.500.000 pessoas.

O som que vem das ruas é dos trabalhadores em greve por melhores condições de trabalho e ganhos. O som que vem das ruas é pela alegria do retorno dos exilados que tinham ido para outros países. Permitindo o espaço para formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CGT (Central Geral de Trabalhadores), restabeleceu e promulgou-se a lei

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://teresinaantiga.com/diretas-ja.php>, em 08/05/2018.

que permitia a criação de novos partidos, direito excluído no período da ditadura civil militar restabelecendo o direito de eleições diretas para governadores.

O som que vem das ruas é de todos os insatisfeitos com o Regime Civil Militar.

Com base nessas pesquisas, entende-se que as Diretas Já, mesmo com toda a sua grandeza, porém, não foi possível chegar a todos os lugares. Logo observou-se que através de materiais já publicados, a sociedade pode ter um pouco de conhecimento sobre a história de homens e mulheres que saíram às ruas clamando por justiça, direito, respeito e honra, pois os manifestantes queriam ser livres para votar em candidatos que acreditassem ser o melhor governante para o país, seja para Prefeito, Governador, ou Presidente, quem foi às ruas, concordava, e queria apenas o seu direito devolvido, e o que lhes pertencia através de conquistas antes adquirido.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na busca de respondermos algumas inquietações sobre o desejo de retorno às eleições diretas no Brasil, tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a história do nosso país, num período entre 1961 a 1985, com um contexto especial às Diretas Já, o maior movimento popular da história do Brasil. Isso só foi possível por causas de pessoas não temeram em sair às ruas, e sim, declarar seus desejos, mesmo que o contexto em que viviam fosse de uma ditadura reagindo de forma desumana contra quem fosse contrário ao regime.

As diretas mostra a unidade por um propósito maior, ficando evidente a certeza da vitória, porque é visto desde muito tempo de que, quando em qualquer nação, ou povo, sente que eles não estão mais inseridos no contexto ao qual um dia eles fizeram parte ou desejam fazer parte na mudança, seja na esfera econômica, social ou política, eles saem às ruas, manifestam-se, revoltam-se. Aqui vimos que o país passou pelos seus momentos de repressão total sobre a vida de pessoas que não esperavam jamais passar por alguns momentos (tempos) tão violentos na forma de retirar seus direitos de exercer suas vidas livres, mas entendemos que até o momento que foi chamado de milagre não teve força para tapar os buracos existentes no Regime Civil Militar, mas não durou muito tempo, porque não se pôde se negar a realidade que vivia o Brasil.

Foram registrados ao todo 17 Atos Institucionais, sendo que os 5 (cinco) primeiros tiveram grande poder para ordenar o país sobre a lei do regime de 1964 a 1985. Com isso o movimento social levava uma campanha que mobilizou milhões de pessoas de nosso país no ano de 1984 às ruas. É o grande momento do marco da soberania popular para dizer o que eles

queriam daquele momento em diante com o Projeto de Lei do Deputado Dante de Oliveira, Eleições, “Diretas Já”.

## ABSTRACT

The present article analyzes how the movement entitled "Directas Já", a social event that marked Brazil in the mid - 1980s, took place after discussion and understanding of the Brazilian Military Civil Regime, which lasted for 21 years (1964-1985) , characterized as a period of great bitterness of Brazilian society due to the difficulties encountered before the military governments. Approaching in this way the 1964 coup, the military governments, the institutional acts and in the sequence "Direct Now", with its national manifestations, with the popular participation of political parties, artists and intellectuals in the streets and in the House the popular appeal to the amendment of Dante de Oliveira, which although it was not approved, contributes to the creation of a new strategy with the articulators of the movement negotiating the end of the military regime, with the support of governors of the Northeast, obtaining in 1985 indirect elections for president with civil candidates and in 1989 the desire of the direct elections for President of the Republic materialized. Here we seek to analyze how the emergence of the "Direct Already" movement occurred. For such, this research was developed from an analysis of bibliographical sources, where the reading of authors that approach the subject was of great importance to understand the same, as the society organized for this national movement, its memories and its consequences.

**Keywords:** Military Civil Regime. Government of the Military. Popular participation. Direct now.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gislane Campos. **Projeto Teláris: História**, 9º ano. 1. ed.-São Paulo: Ática, 2012.

CAMPOS, Flavio de. **História nos dia de hoje**, 9º ano. 1ª. ed. São Paulo: Leya, 2012.

CRUZ, Marília Beatriz Azevedo. “O Ensino de História no Contexto das Transições Paradigmáticas da História e da Educação”. In: NIKITIUK, Sônia L. (org.). **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção Questões da Nossa Época).

FAUSTO, Boris, **História do Brasil** / Boris Fausto. – 14. ed. Atual. E ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **Para Entender a História**, 6º /Divalte Garcia Figueira, João Tristan Vargas. 2. ed. São Paulo: Sarayva, 2009.

\_\_\_\_\_. **Para Entender a História**, 7º /Divalte Garcia Figueira, João Tristan Vargas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **Para Entender a História**, 9º /Divalte Garcia Figueira, João Tristan Vargas. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

**SITES VISITADOS:**

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964> - acesso em 19/01/2014.

<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/atos-do-movimento-de-31-de-marco/> - acesso em 19/01/2014.

<http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/diretas-ja> - Acesso em 17/04/2013

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais> - acesso em 19/01/2014.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Diretas> - Acesso em 17/04/2013

<http://www.brasilecola.com/historiab/direta-ja> - Acesso em 17/04/2013

<https://www.meionorte.com/blogs/josefortes/comicio-das-diretas-ja-na-praca-do-marques-em-teresina-1984-por-kenard-krueel-295235>

<http://teresinaantiga.com/diretas-ja.php>

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/01/comicio-da-se-em-1984-deu-a-largada-para-a-campanha-das-diretas-que-nao-viriam-2346.html>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%ADcio\\_da\\_Candel%C3%A1ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%ADcio_da_Candel%C3%A1ria)

<https://www20.opovo.com.br/app/acervo/noticiashistoricas/2017/04/16/noticiasnoticiashistoricas,3413983/ultimo-comicio-das-diretas-ja.shtml>

<file:///C:/Users/E%20Duque%20de%20Caxias/Downloads/5654-13930-1-SM.pdf>

<https://www.infoescola.com/historia/alianca-renovadora-nacional-arena/>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha-dura>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Atos\\_Institucionais](https://pt.wikipedia.org/wiki/Atos_Institucionais)

<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/06-Vanderlei%20Elias%20Nery.pdf>